

Inclusão de alunos público com deficiência nas aulas de Educação Física na cidade de Catalão-GO

Inclusion of students with disabilities in the Physical Education class in the city of Catalão-GO

Inclusión de alumnos con deficiencia en las clases de Educación Física en la ciudad de Catalão - GO

Lidiane Policena dos Santos¹
Cristiane da Silva Santos²
Maristela Vicente de Paula³
Neila Maria Mendes Borges⁴

Resumo: O estudo visa analisar a organização das aulas de Educação Física da rede regular de ensino da cidade de Catalão, considerando a inserção, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência. Quanto ao delineamento metodológico, a pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter descritivo. Participaram do estudo três professores de Educação Física vinculados a duas unidades escolares da rede municipal e um da rede estadual, mediante entrevista semiestruturada e observação simples. Os dados foram analisados pela técnica de narrativa analítica. Os resultados apontam para a falta de participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. De modo geral, os professores não utilizam estratégias e recursos para promoverem a inclusão dos alunos, e estes ainda permanecem na lateral ou sentados no banco da quadra, quando a aula é prática, e no fundo da sala, quando é teórica, sempre ao lado dos seus professores de apoio.

Palavras-chave: *Alunos com Deficiência. Educação Física. Inclusão Escolar.*

Abstract: *The study aims to analyze the organization of physical education class in mainstreaming education from the Catalão city about the insertion, participation, and disabled students' learning. Concerning to the methodological design, this research is characterized as a qualitative study of descriptive purpose. Three physical education teachers of two school units of the municipal network and one of the state networks participated in this study, through a semi-structured interview and simple observation. The data were analyzed by the analytic narrative technique. The results point to the lack of participation of students with disabilities in Physical Education classes. Generally, teachers do not use strategies and resources to promote the inclusion of students and these remain on the side or sitting on the bench of the court when the class is practical and in the back of the court when it is theoretical, always beside their support teachers.*

Keywords: *Physical Education. School Inclusion. Students with disabilities.*

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão e Monitora do Núcleo de Acessibilidade da UFG/RC

2 Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da UFG/RC e Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Física Escolar (EaD) da UFG.

3 Mestre em Educação Física, Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão.

4 Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Catalão, Coordenadora de Tutoria do Curso de Especialização em Educação Física Escolar (UFG), Professora na Faculdade de Piracanjuba.

Resumen: *El estudio tiene por objetivo analizar la organización de las clases de Educación Física de la red pública de enseñanza de la ciudad de Catalão buscando la inserción, participación y aprendizaje de los alumnos con discapacidad. En cuanto al lineamiento metodológico, la investigación se caracteriza como cualitativa de carácter descriptivo. Participaron en el estudio tres profesores de Educación Física vinculados a dos unidades escolares de la red municipal y una unidad de la red estatal, mediante entrevista semiestructurada y simple observación. Los datos fueron analizados por la técnica de narrativa analítica. Los resultados apuntan hacia la falta de participación de los alumnos con discapacidad en las clases de Educación Física. De modo general, los profesores no utilizan estrategias ni recursos para promover la inclusión de los alumnos, y estos aún permanecen en el lateral o sentados en el banco de la cancha cuando la clase es práctica y en el fondo del aula cuando es teórica, siempre al lado de sus profesores de apoyo.*

Palabras clave: *Alumnos con discapacidad. Educación Física. Inclusión Escolar.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a inclusão (inserção, participação e aprendizagem) dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física da rede regular de ensino.

Segundo Sasaki (1997, p. 23), “a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais”.

A inclusão escolar não se resume apenas ao direito à matrícula, mas à permanência, à participação e à aprendizagem, mas, para que isso aconteça, é necessário garantir e promover a acessibilidade em suas diversas dimensões (Arquitetônica, Comunicacional, Metodológica, Instrumental, Programática, Atitudinal, dentre outras) (SASSAKI, 2005). Cabe à escola “buscar soluções para que a inclusão realmente ocorra, e devem cobrar os órgãos governamentais condições que facilitem este processo, desde à estruturação física até a estruturação e desenvolvimento curricular e pedagógico” (BIANCONI; MUNSTER, 2009, p. 6014).

Entretanto, estudos de Chicon (2013), Munster (2013), Fiorini e Manzini (2016), dentre outros demonstram que na realidade brasileira a inclusão está longe de se concretizar, pois muitos alunos são excluídos da e na escola. Embora existam vários dispositivos legais que asseguram o direito à escolarização dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, estas leis por si só não são suficientes para

garantir que a permanência e a aprendizagem aconteçam.

Até hoje, encontramos escolas que dispensam alunos com deficiência das aulas de Educação Física. Assim, entendemos que para promover a participação desses alunos nas aulas o professor de Educação Física precisa adequar suas aulas conforme as capacidades e potencialidades dos alunos. Portanto, vários conteúdos e atividades só se tornam acessíveis ao aluno por meios de adaptações curriculares e metodológicas. Conforme Munster (2013), essas adaptações podem ser realizadas em nível de currículo, de estratégias de ensino e de equipamentos e materiais, bem como na forma de instrução, nas regras e no espaço físico, conforme a necessidade de cada turma. As adaptações possibilitam a equiparação de oportunidades, o que favorece a participação e a aprendizagem dos alunos pertencentes ou não ao público da Educação Especial.

Dado o exposto, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n. 13.146/2015) assegura no Capítulo IV, Do Direito à Educação, Art. 28, Inciso XV, o “acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (BRASIL, 2015, p. 04). Neste dispositivo legal, entendemos que o aluno com deficiência possui direito de estar incluído nas aulas de Educação Física, participando de forma igualitária como os demais alunos do processo de ensino e aprendizagem. Mas de que forma esta lei está sendo efetivada nas escolas da rede pública de catalão? Como estão sendo organizadas as aulas de Educação

Física visando à inserção, à participação e à aprendizagem dos alunos com deficiência?

Partindo do problema exposto, o estudo tem como objetivo analisar a organização das aulas de Educação Física nas escolas da rede regular de ensino da cidade de Catalão-GO, visando à inserção, à participação e à aprendizagem dos alunos com deficiência. Mais especificamente pretendemos: a) identificar e analisar a formação dos professores de Educação Física face à inclusão escolar de alunos com deficiência e b) analisar as aulas de Educação Física, tendo como eixo central de análise a participação desses alunos.

2 REFERENCIAL

A inclusão social da pessoa com deficiência teve início a partir da década 50 em todo o mundo. Sendo, um movimento que se intensificou nos anos 90 e início do século XXI. A inclusão social se refere a necessidade de modificação dos espaços e da sociedade (SASSAKI, 2997).

Nesta perspectiva, no âmbito escolar, a responsabilidade pela inclusão deixa de ser apenas dos alunos com deficiência envolvendo a sociedade e toda a comunidade escolar.

Cabe às escolas de ensino regular com alunos que apresentem NEE matriculados em classes comuns buscar soluções para que a inclusão realmente ocorra, e devem cobrar os órgãos governamentais condições que facilitem este processo, desde à estruturação física até a estruturação e desenvolvimento curricular e pedagógico (BIANCONI; MUNSTER, 2009, p. 6014).

No que refere a disciplina de Educação Física, Munster (2013, p. 28) chama a atenção para o fato, que “[...] muitos estudantes com deficiências permanecem excluídos ou tem sua participação limitada nas aulas de Educação Física, embora seja está um componente curricular obrigatório em diferentes níveis do ensino básico”. Reforçando essa ideia, em uma pesquisa realizada por Chicon (2013, p. 18) foi possível observar que

[...] o quadro de exclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) das aulas de Educação Física se mantinha em algumas escolas, e em outras, essas crianças participavam pouco. Percebemos, também, que o professor pouco fazia para mediar a situação e que as atividades como queimada e futebol eram a tônica da aula.

A exclusão e a participação limitada dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física estão associadas a gênese e ao percurso histórico da constituição desta disciplina.

No decorrer da história da disciplina Educação Física observamos que na grade curricular das escolas os alunos que estão fora dos padrões de corpo, de gênero, de habilidade, dentre outros sempre foram excluídos. As aulas antes, inclusive, eram usadas para proibir a matrícula das pessoas com deficiência. A Portaria Ministerial de 13/02/1938 estabelecia “[...] a proibição da matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanente das aulas de Educação Física”. Além disso, os alunos sempre foram dispensados dessas aulas tendo em vista o Decreto nº 69.450 (vigente de 1971 a 1996). Nesse contexto, percebemos que a Educação Física:

quase sempre trabalhou com o corpo forte e saudável: o corpo raça pura – a partir do higienismo eugênico fundado em ideais higiênicos; com o corpo adestrado e forte – na formação os soldados; e com o corpo que busca superar os limites do tempo e do espaço – na formação do atleta campeão. Contudo, a partir desse contexto onde padrões de corpos foram delineados, e até mesmo produzidos, o corpo não enquadrado nas perspectivas que lhe eram atribuídas, teve uma tendência a ser excluído (SANTOS; ZOBOLI, 2012, p. 04).

Esses vínculos foram determinantes, “tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada” (BRASIL, 1997, p. 05). Nesse sentido, desde

a década de 1980, quando os efeitos desse modelo começaram a ser contestados, a área vem tentando superar essas raízes de exclusão e cumprir o seu papel na escola enquanto um componente curricular cujo papel é propiciar o acesso ao universo das práticas corporais a toda a população escolar, respeitando-se o princípio democrático da equidade, portanto, buscando humanizar e diversificar a prática pedagógica com vistas a cumprir um mandato inclusivo (sem discriminação de sexo, raça, gênero, condição social, deficiência, corpo, etc.) (BRACHT; ALMEIDA, 2013).

Portanto, como podemos verificar as práticas corporais foram marcadas por vários aspectos de exclusão desde da antiguidade e apesar da sociedade ter passado por profundas modificações sociais, econômicas e políticas, a cultura corporal ainda apresenta vários vestígios excludentes, considerando os estudos atuais que apontam a falta da participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Não estamos aqui afirmando que nunca houve na história da Educação Física professores preocupados em incluir e trabalhar com a diversidade em suas práxis escolares, nem que nunca na história da Educação Física houve professores preocupados com tais questões. No entanto, o que se percebe é que prevalece ainda hoje nas práxis da Educação Física escolar, o ideário de se trabalhar com corpos fortes e saudáveis, mesmo depois de tantos documentos com focos e garantias inclusivas.

[...] Ainda, percebemos que a Educação Física no âmbito das escolas regulares, pouco precisou preocupar-se com o corpo deficiente, pois o mesmo estava restrito aos âmbitos das escolas segregadas, e os poucos e remotos corpos deficientes que se faziam presente nas escolas ditas para “normais”, acabavam por serem excluídos ou se excluindo destas aulas, por não atenderem estes padrões de força, saúde, e habilidade. (SANTOS; ZOBÓLI, 2012, p. 04)

Considerando o direito de matrícula desses alunos na escola regular, conquistados

com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2007) as aulas de Educação Física precisam ser organizadas visando a inclusão desses alunos.

A Educação Física não se difere em conteúdo para os alunos com deficiência, “[...] mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicadas ao indivíduo deficiente. E um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educados” (BUENO; RESA, 1995 apud CIDADE; FREITAS, 2002, p. 02).

Neste sentido, entendemos que para promover a participação dos alunos com deficiência nas aulas o professor de Educação Física precisa realizar adaptações, estas que por sua vez necessitam de constância, seja no ambiente, no planejamento ou na forma de organização das atividades, levando em consideração as capacidades e potencialidades de cada aluno. (PATIAS; VIANA; FECK, 2015). Portanto, vários conteúdos e atividades, só se tornam acessíveis ao aluno com deficiência por meios de adaptações curriculares e metodológicas. Conforme Munster (2013) essas adaptações podem ser realizadas a níveis de currículo, de estratégias de ensino, de equipamentos e materiais, na forma de instrução, nas regras e no espaço físico, conforme a necessidade de cada turma. As adaptações possibilitam a equiparação de oportunidades, o que favorece a participação e aprendizagem dos alunos com e sem deficiência nas atividades e ao mesmo tempo atendendo aos objetivos do que o professor almeja atingir. Nesse sentido compreendemos que

A inclusão do aluno com deficiência nas aulas de educação física é consequência da ocorrência de forma íntima e relacionada dos três fatores principais descritos: adaptação, participação social e demonstração de capacidade. Estes agem de forma conjunta para a construção de um senso de pertencimento, importância e valor dentro do grupo, essencial para a percepção de inclusão. As atividades propostas nas aulas de educação física

devem ser preparadas de forma a permitir que o aluno com deficiência participe ativamente e interaja com seus pares. A participação nas atividades e conseqüentemente a interação social aparecem como pontos primordiais para a inclusão, visto que irão proporcionar ao aluno com deficiência oportunidades para demonstração de suas habilidades e capacidades, desempenho de papéis e funções importantes dentro do grupo em busca de um objetivo comum, bem como sentir-se aceito pelo grupo. (ALVES; DUARTE, 2014, p.336).

Portanto, a importância da mediação do professor de Educação Física em promover um ambiente favorável a participação desses alunos com vistas a superar e ressignificar as concepções e valores baseados na seleção de corpos fortes e habilidosos, aspectos que são provenientes de resquícios históricos da constituição dessa disciplina. Para além da mediação do professor de Educação Física, é necessário promover um ensino colaborativo que ofereça

[...] oportunidade aos professores de trabalharem em equipe, formada pelo professor de classe, o professor de Educação Física, Artes, além de outros interessados, e prevê a inserção de professores de apoio. Esse último deveria ser representado por profissionais exclusivos de cada área, mas que possuíssem conhecimento sobre a educação especial. Quando há cooperação e apoio na escola, os professores melhoram suas habilidades com efeitos visíveis sobre a aprendizagem dos alunos (BIANCONI; MUNSTER, 2009, p. 6017).

A política de Educação Especial na perspectiva inclusiva (2008) prevê que os

profissionais do atendimento educacional especializado e de apoio devem atuar de forma interdisciplinar e articulada com os profissionais da classe comum do ensino regular.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender aos objetivos propostos realizamos uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, que teve como universo quatro (4) escolas de ensino regular, sendo duas (2) estaduais (EE1 e EE2) e duas (2) municipais (EM1 e EM2), localizadas na cidade de Catalão-GO⁵. A seleção das unidades escolares teve como critério o maior número de alunos com deficiência matriculados. Em cada escola selecionada elegemos duas salas de aulas, nas quais os dados foram coletados. A escolha das salas de aula respeitou o mesmo critério de seleção das escolas (maior quantidade de alunos com deficiência), adicionado à presença da disciplina de Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório.

Ao serem convidadas a participarem da pesquisa, todas as escolas selecionadas aceitaram, contudo, no período de realização da coleta de dados os professores da EE2 desistiram. Nesse sentido, a população do estudo compreendeu quatro (4) professores (PEF- EM1; PEF1 e PEF2-EM2 e PEF- EE1) que ministravam as aulas de Educação Física nas salas selecionadas das escolas EE1, EM1 e EM2. Dos quatro professores pesquisados dois são do sexo masculino. Todos são graduados em Educação Física e possuem pós-graduação e o ano de conclusão do curso de graduação varia de 1983 a 2008. O tempo de atuação na rede municipal é de 6 a 28 anos e na escola pesquisada é de 5 a 28 anos, conforme quadro abaixo:

⁵ No ano de 2017, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e da Subsecretaria Regional de Educação, Catalão contava com 26 Escolas Municipais e 18 Escolas Estaduais.

Quadro 1- Caracterização dos participantes da pesquisa

Participantes	PEF-EM1	PEF1-EM2-	PEF2-EM2-	PEF-EE1
Formação	Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Universidade	RC/UFG	RC/UFG	UNAERP -Ribeirão Preto/SP	RC/UFG
Ano de conclusão do curso	2008	2005	1983	1997
Pós-graduação	1° Métodos e Técnicas de Ensino 2° Direitos Humanos da Criança e Adolescente	Fisiologia do Exercício	Psicopedagogia	Educação Física
Tempo de atuação na rede pública	6 anos	8 anos	28 anos	19
Tempo de atuação na escola	5 anos	6 anos	28 anos	19

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Como fonte de coleta de dados, realizamos a entrevista semiestruturada com os quatro professores de Educação Física no local de trabalho e a observação de cinco aulas em cada sala no período de abril a novembro de 2017, a partir de um roteiro semiestruturado, visando identificar: espaço físico onde acontecem as aulas - acessibilidade arquitetônica, de comunicação e informação; mediação do professor visando à inclusão dos alunos com deficiência; temática/conteúdo/objetivos/metodologia/recursos materiais/avaliação utilizados para o desenvolvimento das

aulas; relação professor/aluno; participação dos alunos com deficiência; participação dos demais alunos; atitudes do professor e dos alunos em relação aos alunos com deficiência; e adequações da aula para a participação desses alunos.

Considerando que utilizamos os dados das observações para a análise, é importante caracterizarmos o tipo de deficiência dos alunos matriculados nas salas de aulas selecionadas para a realização das observações das aulas de Educação Física no intuito de refletirmos sobre a organização dessas aulas visando à participação deles.

Quadro 2- Caracterização dos alunos com deficiência

Pseudônimo	Sexo	Escola	Sala	Tipo de deficiência do aluno	Professor Apoio
AL1-EE1-6° C	Masculino	EE1	6° C	Paralisia cerebral espástica	Sim
AL2-EE1-6° C	Feminino	EE1	6° C	Deficiência intelectual	Sim
AL1-EE1-9° C	Feminino	EE1	9° C	Deficiência intelectual	Sim
AL2-EE1-9° C	Feminino	EE1	9° C	Paralisia cerebral	Sim
AL3-EE1-9° C	Masculino	EE1	9° C	Paralisia cerebral	Não
AL1-EM1-4° A	Feminino	EM1	4° A	Deficiência intelectual	Não
AL2-EM1-4° A	Feminino	EM1	4° A	Perda auditiva	Não
AL1-EM1-5° B	Feminino	EM1	5° B	Microcefalia	Sim
AL2-EM1-5° B	Masculino	EM1	5° B	Paralisia cerebral	Sim
AL1-EM2-4° B	Masculino	EM2	4° B	Autismo	Sim
AL2-EM2-7° B	Masculino	EM2	7° B	Deficiência intelectual	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

As entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas e enviadas para avaliação dos participantes e utilizamos um caderno de campo para o registro das observações.

Os dados foram analisados qualitativamente, utilizando a técnica da narrativa analítica (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012), apresentando a descrição dos relatos verbalizados pelos sujeitos e avaliando criticamente em relação à literatura disponível sobre a temática inclusão e formação de professores em Educação Física. Os dados foram organizados em duas categorias de análise: a) Formação de professores e dificuldades em relação à inclusão e b) Aulas de Educação Física: conteúdos, metodologia (estratégias e recursos) e participação dos alunos com deficiência. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da UFG sob o Parecer n. 1.144.069 e CAEE: 43738215.9.0000.5083.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIFICULDADES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO

Por meio das entrevistas verificamos que três professores, PEF-EM1, PEF1-EM2 e PEF-EE1, tiveram disciplinas na grande curricular do curso de graduação voltadas para alunos com deficiência. A PEF-EE1 relata ainda que participou de cursos e palestras sobre a temática. O PEF2-EM2 só teve acesso ao conteúdo e a discussões que abordam o tema na pós-graduação. O que pode ser justificado pelo fato de que o professor concluiu o curso em 1983, e na área de Educação Física a disciplina de Educação Física Adaptada foi oficializada somente em 1987 por meio da Resolução 03/87 do Conselho Nacional de Educação (CIDADE; FREITAS, 2002).

No que se refere ao suporte da formação inicial e continuada para trabalhar com este público, dois dos professores (PEF1-M2 e PEF2- EM2) responderam que a graduação não ofereceu uma capacitação significativa. O PEF1- EM2 enfatizou que desde 2010 não é oferecido pela rede nenhum curso que aborde a temática.

Embora tenhamos observado um grande avanço nas últimas décadas, a falta de capacitação profissional ainda se apresenta como sendo umas das maiores dificuldades vivenciadas pelos professores para promoverem a inclusão (ALVES; DUARTE, 2014). As pesquisas apontam que os professores afirmam que não tiveram durante sua formação inicial disciplinas ou discussões sobre a educação das pessoas com deficiência. Portanto, “os professores destituídos de uma formação de qualidade e que abranja tais questões vêm atuando de forma empírica, embora registra-se nas últimas décadas um aumento crescente da produção científica e de projetos nessa área” (TARTUCI, 2012).

Porsuvez, as PEF-EM1 e PEF-EE1 relataram que a graduação possibilitou discussões sobre a temática em algumas disciplinas e oportunizou experiências/vivências em estágios curriculares com esses alunos. A PEF-EM1 reforça que a graduação é “uma porta que se abre, então a gente não deve encerrar os nossos estudos achando que a graduação vai dar conta de tudo, assim, a graduação deu uma base para a gente trabalhar com o aluno especial”.

As narrativas dessas professoras vão ao encontro de resultados presentes nos estudos de Fiorini e Manzini (2015) e Sousa, Paula e Alves (2015), quando apontam que professores que tiveram em sua formação a disciplina de Educação Física Adaptada se reconhecem como capacitados para à inclusão e se sentem aptos e capacitados quanto ao trabalho pedagógico com alunos com deficiência.

Embora as professoras PEF-EM1 e PEF-EE1 afirmem se sentirem preparadas para trabalharem com os alunos que possuem deficiência, durante as observações das aulas ministradas não identificamos as adaptações

necessárias com vistas a promover um ambiente favorável à inclusão e à participação dos alunos com deficiência.

Em relação às dificuldades dos professores em promoverem a participação dos alunos com deficiência, destacaram-se, durante as entrevistas, aspectos como: limite próprio do professor, dificuldade na metodologia de ensino, falta de planejamento, falta de um currículo oficial a ser seguido, material pedagógico escasso, dificuldade de comunicação com os alunos com deficiência, vários alunos com deficiência em uma mesma turma, número sem deficiência de alunos nas salas, formação do professor, ausência de formação continuada, desvalorização da disciplina, falta de apoio da escola e da família. Essas dificuldades são expressas nos excertos abaixo:

A primeira dificuldade que a gente tem é o nosso próprio limite, porque você tem um certo conhecimento e às vezes uma metodologia que você vai usar, não dá certo para trabalhar com todos os alunos (PEF-EM1).

A Minha dificuldade é tá buscando, assim, os trabalhos que vai se adaptar a cada indivíduo, a cada individualidade e a cada problema que cada um tem (PEF1-EM2).

Essas mesmas dificuldades são apontadas nos estudos de Rodrigues (2006) e Fiorini e Manzini (2014). Além disso, Manzini e Fiorini (2016) encontraram dificuldades relacionadas à elaboração de estratégia, à falta de ação propositiva que garantisse a participação de todos e à criação de uma relação de colaboração com a professora de apoio em sala de aula.

Apesar de os professores alegarem a busca e a utilização de uma metodologia que atendessem a todos os alunos e ressaltarem que, às vezes, esta não se efetiva, durante as observações não identificamos a utilização de metodologias pedagógicas diferenciadas na abordagem do conteúdo, nesse sentido, não ficamos expressas as dificuldades metodológicas com vistas à inclusão dos alunos com deficiência.

A falta de materiais pedagógicos, a desvalorização da disciplina e a falta de apoio da escola são relatadas pela PEF-EM1:

[...] materiais pedagógicos da Educação Física para montar plano de aula, tudo eu comprei com meu dinheiro e eu mesmo que fiz um planejamento anual. Não tem um apoio, assim, a Educação Física não é muito valorizada, como uma disciplina importante do currículo, é uma disciplina que vai levar os alunos para jogar bola na quadra. Tanto que se o aluno tiver uma nota baixa não é aceito. A Educação Física é como se fosse um grande recreio (PEF-EM1, 2017).

As observações confirmam a falta de recursos e materiais utilizados por este professor. Outro fato observado, e que não é mencionado durante a entrevista, mas que também dificulta a efetivação da aula, está relacionado à acessibilidade da quadra, sendo este um espaço que está em anexo à escola. Para se ter acesso ao espaço é necessário passar por uma calçada com várias irregularidades e obstáculos (árvores, portes e lixeiras). Ao chegarmos à quadra, deparamos com um ambiente escuro e de difícil acesso na entrada. Estes aspectos atrasavam a aula em aproximadamente quinze minutos.

Quanto mais precárias as condições de trabalho dos professores, maior será a dificuldade de promover um espaço que possibilite a participação dos alunos, tendo em vista a necessidade de estratégias e recursos pedagógicos para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência.

4.2 ORGANIZAÇÃO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

No que se refere aos conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas de Educação Física, entendemos que esta é uma disciplina que trata pedagogicamente sobre temas das diferentes expressões da cultura corporal como jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros “que podem ser identificados como formas

de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 26).

Apesar da variedade de temas dentro da cultura corporal e do total de trinta aulas observadas (cinco em cada turma), os conteúdos trabalhados nas mesmas durante o período de observação foram: futsal, handebol e queimada, que, de acordo com os professores, era utilizada para trabalhar os fundamentos dos esportes.

É extremamente importante trabalhar com os alunos os esportes, mas temos claro que a Educação Física não pode se restringir somente a esse conteúdo, pois deve proporcionar a vivência do máximo possível de práticas da cultura corporal, bem como abordar temas transversais como: gênero, etnia, violência, deficiência e outros.

Os resultados encontrados nos estudos de Fiorini e Manzini (2016) apresentam a mesma perspectiva quando destacam que o professor de Educação Física prioriza em suas aulas conteúdos competitivos e há uma ausência de vínculo entre uma aula e outra. Além disso, ressaltamos a divisão da turma entre meninos e meninas para a realização das atividades, principalmente na EE1.

Uma aula desenvolvida predominantemente com base no estímulo à competição faz com que os alunos mais habilidosos desconsiderem os limites e as potencialidades dos outros colegas e, por isso, muitas vezes não têm paciência de conviver com a diferença e respeitar o tempo pedagógico para aprendizagem dos alunos com necessidades específicas (LIMA; SANTOS, SILVA, 2007/2008).

Em relação às estratégias e aos recursos pedagógicos, durante as observações verificamos que as metodologias utilizadas se restringiram à produção de texto, a aulas expositivas e práticas.

Conforme Manzini (2010, p. 14), as estratégias de ensino são todas as ações do professor em relação ao aluno ou ao recurso pedagógico que acontece no processo de ensino e aprendizagem. “Porém, deve ser planejada anteriormente, levando em

consideração as características da deficiência, as potencialidades do aluno, o objetivo que se pretende com a realização da atividade e o nível de complexidade da atividade exigida”. Já os recursos pedagógicos se configuram como estímulos concretos e manipuláveis, com uma ou mais finalidades pedagógicas (FIORINI; MANZINI, 2016).

Munster (2013, p. 32) destaca que o professor pode se utilizar de diferentes estratégias, “quando a condição do aluno o impede de vivenciar certos aspectos de um dado conteúdo, deve-se recorrer a um conteúdo alternativo”.

Nesse contexto, tendo em vista os conceitos de estratégias de ensino e de recursos pedagógicos, não constatamos, em nenhuma escola durante as aulas observadas, a utilização de uma metodologia, tanto nas aulas teóricas quanto nas práticas, que possibilitasse um ambiente favorável à participação e à aprendizagem dos alunos com deficiência, apesar das professoras PEF-EM1 e PEF-EE1 relatarem durante a entrevista que em sua metodologia de ensino utilizavam diferentes estratégias para efetivar a inclusão, realizando atividades individuais e coletivas.

O próprio conceito de metodologia pressupõe um planejamento prévio das aulas, entretanto, o professor PEF2-EM2 relata que sua aula “de modo geral, não tem um planejamento específico para atender os alunos de inclusão não, o tratamento é para todos”.

Os estudos apontam que uma aula que não é organizada de acordo com as necessidades da turma não possibilita a participação dos alunos com deficiência que requerem adequações quanto ao currículo, à metodologia, às regras, às instruções, aos ambientes, dentre outros (RODRIGUES, 2006; MUNSTER, 2013; ALVES; DUARTE, 2013; FIORINI; MANZINI 2014; 2015; 2016).

Ressaltamos, ainda, que as aulas poderiam ter sido planejadas e também pensadas metodologias em colaboração com o professor de apoio que acompanhava os alunos. Entretanto, o que observamos foi a falta de diálogo entre os professores de apoio e os

professores da disciplina acerca do conteúdo e das metodologias trabalhadas.

Fato este que se configura como um obstáculo para o processo de inclusão dos alunos com deficiência, pois é sua função organizar, em conjunto com o professor regente, com o coordenador pedagógico e o professor de AEE, o planejamento que atenda à adaptação do currículo considerando as habilidades e as potencialidades do público da educação especial (GOIÁS, 2016). Portanto, o professor de apoio deve atuar junto como o professor regente, desenvolvendo estratégias de ensino e adaptações das atividades para possibilitar a participação, a aprendizagem e um ambiente propício para a inclusão (BIANCONI; MUNSTER, 2009).

Quanto à participação dos alunos com deficiência nas aulas observadas, constatamos uma semelhança entre a realidade das escolas no que se refere às aulas teóricas e práticas. Dos onze alunos, apenas uma aluna com deficiência auditiva (AL2-EM1-4° A) participava de forma significativa das aulas, dado confirmado nos estudos de Fiorini e Manzini (2015), entretanto estava presente em apenas duas das cinco aulas observadas.

Na turma do 4° ano B foi utilizada como metodologia uma produção de texto e nas outras três foi realizado unicamente o “jogo de queimada”. O AL1-EM2-4° B, que possui autismo, faltou em duas das cinco aulas observadas e não tinha realizado a produção de texto. O professor não se preocupou em perguntar se o aluno havia feito, e ele ficou o tempo todo durante a aula sentado ao fundo da sala ao lado do professor de apoio, sem realizar nenhuma atividade. Observamos que não houve uma única tentativa de adaptar e de promover ações para que o aluno com deficiência tivesse o acesso à atividade que foi realizada.

Nesta mesma perspectiva, nas duas aulas teóricas do 5° B a PEF-EM1 adotou como metodologia uma aula expositiva, passando no quadro um texto que os alunos deveriam copiar. Nesta aula, a AL1-EM1-5° B e o AL2-EM1-5° B realizaram outras atividades propostas pela professora de apoio que não estavam

relacionadas ao conteúdo tema da aula, como, por exemplo: identificação de figuras (avião, casa, pessoas, brinquedos, animais) e atividades para trabalhar a coordenação motora fina por meio de colagens.

A respeito do tipo de atividades que o aluno com deficiência participa, os estudos de Fiorini e Mazini (2015, p.17) apontam “[...] o indicativo de prevalência de atividades não coletivas, e também atividades diferenciadas para os alunos com e sem deficiência”. Dessa forma, não houve estratégias por parte dos professores para promover a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência no que se refere ao conteúdo tema da aula.

Munster (2013) fala de adaptação do currículo, mas, nas aulas observadas, as atividades não eram uma adaptação do currículo. Considerando as dificuldades de escrita dos alunos, poderiam trabalhar com eles figuras, imagens, colagens etc. relacionadas ao tema da aula, que era o histórico do futsal, e não atividades desarticuladas do currículo. A substituição de conteúdos curriculares no próprio espaço da sala de aula configura-se como segregação pedagógica e reforça a exclusão desses alunos.

Nas aulas práticas e teóricas, a metodologia utilizada pelos professores em todas as escolas não favoreceu a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência. Em apenas uma aula a PFF-EM1 adotou ações para incluir a AL1-EM1-4ªA em algumas atividades desenvolvidas, como o ovo choco e a corrida. A professora mediou as brincadeiras e incentivou a aluna a participar. Quando a temática era o ensino do handebol, a PFF-EM1 não realizava ações e adaptações para a participação da aluna nas atividades propostas.

Nas aulas práticas esses alunos passaram a maior parte do tempo sentados na arquibancada ou na lateral da quadra. Aspecto este presente nos estudos de Fiorini e Manzini (2014), que afirmam que o professor de Educação Física não estimula o aluno com deficiência a participar da aula, desse modo, durante a explicação das atividades o aluno com deficiência permanece na lateral da quadra. De modo geral, a participação desses

alunos é mínima, ocorrendo apenas no momento da aula referente ao alongamento, exceto na turma que tem a aluna com perda auditiva.

Na entrevista a PFF-EM1 afirma que a não participação do AL2-EM1-5º B está relacionada à proibição da mãe, por medo de que a criança se machuque. Esta mesma justificativa é feita por professores no estudo de Fiorini e Manzini (2014), em que os pais proíbem o aluno de participar das aulas.

Um aspecto relevante a ser destacado é que na turma 4º ano A da escola EM1, a PFF-EM1 tirou licença e o professor que assumiu não levava AL1-EM1-4ªA para a quadra, a aluna era encaminhada à sala da sua irmã.

Nas aulas do 7º ano B da EM2 existe um ritual em que os alunos já sabem como se comportarem, dessa forma, a aula se inicia com um jogo de futsal, primeiramente os meninos jogam e depois as meninas, sempre os mesmos alunos fazem a escolha. O AL2-EM2-7º B com deficiência intelectual e um aluno sem deficiência não eram escolhidos para jogarem nos times dos meninos e eram sempre o último e o terceiro, respectivamente, a serem escolhidos para o time das meninas. O aluno sem deficiência conseguiu participar do jogo das meninas, tocava na bola, já o AL2-EM2-7º B pedia ao professor para participar na posição de goleiro, mas, ao tomar um gol, as meninas o tiravam dessa posição. Desse modo, ele ficava em pé na lateral da quadra sem receber a bola, portanto, não participava do jogo.

Na forma de organização desta aula podemos rever vários fatores de exclusão nas aulas de Educação Física: deficiência, gênero, obesidade e menor habilidade. Além disso, quanto à escolha dos times nas aulas de Educação Física, uma pesquisa apontou o trauma, a tortura e a humilhação que ficam gravadas na memória de muitas pessoas nesse momento, inclusive por criar associação negativa com a realização de exercícios físicos na vida adulta (REGO, 2017).

Observamos esse mesmo padrão nas aulas do 6º e do 9º ano da EE1, turmas divididas conforme o gênero, alunos com

deficiência presentes nas atividades, mas sem participação, pois os demais alunos não tocavam a bola para eles ou os protegiam no momento da realização de outras atividades. Ressaltamos ainda um momento de uma atividade cultural da escola em que os alunos com deficiência do 6º ano C não participaram, conforme a professora, por falta de interesse e os alunos do 9º ano faltaram.

De modo geral, não verificamos uma ação propositiva dos professores em chamar a participação dos alunos, raro algumas vezes nas aulas da PEF-EE1, o que é verificado, também, nos estudos de Fiorini e Manzini (2016). Essa falta de participação contribui para o isolamento do aluno e o sentimento de inferioridade, prejudicando a interação com o professor, com os alunos sem deficiência e o sentimento de pertencimento ao grupo (ALVES; DUARTE, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os pressupostos da pesquisa verificamos que os professores de Educação Física do município de Catalão-GO não utilizaram estratégias e recursos para promover a participação de alunos com deficiência, a qual foi mínima e mais pronunciada durante as atividades de alongamento. Durante o transcorrer das aulas práticas evidenciamos que os alunos com deficiência permaneceram na lateral da quadra ou sentados no banco ou no fundo da sala durante as aulas teóricas, sempre ao lado dos seus professores de apoio.

Os motivos para que os alunos com deficiência não participassem das aulas estavam relacionados principalmente à falta de adaptação das aulas e à predominância de conteúdo esportivo sem uma sequência entre uma aula e outra. Ressaltamos também o estranhamento e a indiferença do professor, pois este não se incomodava com o fato do aluno estar presente na aula sem participar.

Entendemos que muitas vezes a presença dos professores de apoio tem sido utilizada para silenciar a deficiência dentro de sala de aula, pois o professor responsável pela disciplina não se preocupa se o aluno participa

ou não e o aluno fica sempre no fundo da sala realizando atividades que não estão relacionadas ao conteúdo desenvolvido, sem a perspectiva do ensino colaborativo, que é preconizado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Assim, os alunos com deficiência permanecem sendo excluídos, mesmo que seu ingresso seja garantido na rede regular de ensino.

Como lacuna da pesquisa identificamos o tamanho reduzido e os sujeitos que compoem a amostra. Assim, sugerimos novos estudos que avaliem a participação de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em um número maior de escolas, incluindo a rede privada, bem como contemplem os alunos público ou não da Educação Especial além dos professores de Educação Física. Sugerimos ainda o desenvolvimento de pesquisas utilizando a metodologia da pesquisa colaborativa, considerando as necessidades de diálogos e formação dos professores que atuam na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A exclusão nas aulas de educação física: fatores associados com participação de alunos com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 117-137, jan./mar. 2013.

_____. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de educação física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física do Esporte**, São Paulo, p.329-338, abr./jun. 2014.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar. **Em Aberto**, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, já./jun. 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº **13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa**

com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Disponível. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 22 fev 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP: Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

BIANCONI, E. de C.; MUNSTER, M. de A. V. Educação física e pessoas com deficiências: considerações sobre as estratégias de inclusão no contexto escolar. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- EDUCERE, 9. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba- PR. **Anais...** Curitiba: PUC/PR, 2009.

CIDADE, R. E. A, FREITAS, P.S. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**, Brasília, v. 14, p. 26-30, 2002. Edição Especial.

CHICON, J. F. **Jogo, mediação pedagógica e inclusão**. 2. ed. Várzea Paulista/SP: Fontoura, 2013.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, jul./set., 2014.

_____.; _____. Prática pedagógica e inclusão escolar: concepção dos professores de Educação Física, **Revista Sobama**, Marília, v. 16, n. 2, p. 15-22, jul./dez., 2015.

_____.; _____. Dificuldades e sucessos de professores de Educação Física em relação

à inclusão escolar, **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 1, p. 49-64, jan./mar., 2016.

GOIÁS. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2016/2017**. Secretaria de Estado de Educação e Cultura e Esporte – SEDUCE. Goiânia – GO, 2016.

LIMA, L. F. de.; SANTOS, C. da S.; SILVA, R. P. de S e. O olhar do professor de educação física sobre sua formação e as mudanças na escola para a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. **Poiésis Pedagógica**, Catalão, v. 5, n.6, p. 125-145, jan./dez, 2007/2008.

MANZINI, E. J. Recurso pedagógico adaptado e estratégias para o ensino de alunos com deficiência física. In: MANZINI, E. J.; FUJISAWA, D. S. (Org.). **Jogos e recursos para a comunicação e ensino na Educação Especial**. Marília: ABPEE, 2010. p. 111-132.

MUNSTER, M. de A. Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: Adaptações curriculares e metodológicas. **Revista Sobama**, Marília, v. 14, n 2, p. 27-34, jul./dez. 2013.

REGO, T. **Como escolha de times nas aulas de educação física pode deixar traumas nas crianças**. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38915422>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

RODRIGUES, D. A educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Boletim da sociedade portuguesa de educação física**, 24/25, p. 73-81, 2004.

SANTOS, V. R.; ZOBOLI, F. **O corpo deficiente no contexto histórico da Educação Física**. 2012. Disponível em: < www.labomidia.ufsc.br/.../20-o-corpo-deficiente-no-contexto-historico>. Acesso em: nov. 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA 1997.

_____. Inclusão: O paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SOUSA, B. de S; PAULA, L. N. de; ALVES, C. A. Perspectivas de professores quanto à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física. In. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 19, CONICE, 6, 2015, Vitória-ES. **Anais...**, Vitória-ES: UFES, 2015. ISSN2175-5930.

TARTUCI, D. Observatório goiano de educação especial: Indícios da formação de professores e implementação do atendimento educacional especializado In: KASSAR, M. de C.M; SILVA, F de C. (Orgs.). **Educação e pesquisa no Centro-Oeste**: processos de escolarização e práticas educativas. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 478 p.

Recebido em 30 de setembro de 2019

Aceito em 01 de outubro de 2019